

Infinitismo e o Problema das Mentes Finitas e Menos que Idealmente Organizadas

Infinitism and the finite-mind objection

Allysson V. L. Rocha
Universidade Federal Santa Catarina

Resumo

A questão da responsabilidade epistêmica é central para o infinitismo de Peter Klein. Apenas quando age de forma epistemologicamente responsável é que S consegue responder ao problema do regresso, motivador maior da teoria. Para tanto, S deve mostrar-se capaz de cumprir com os princípios que a guiam na justificação de suas crenças. Neste ponto, Podlaskowski e Smith são dois autores que acusam ser impossível cumprir com os princípios do infinitismo. Eles defendem que nossas mentes são finitas e não idealmente organizadas para tal. A fim de mostrar que o infinitismo se sustenta mesmo diante de tal objeção, discorro, na seção 1, sobre o problema do regresso e trago detalhes do infinitismo pertinentes à presente discussão. Em seguida, trago, na seção 2, a objeção dos autores mencionados. Entendo ser importante abordar, rapidamente, na seção 3 a resposta que Turri deu, inicialmente, ao problema. Ela será importante para entender aquilo que pretendo trazer na seção 4, como resposta. Há aspectos do infinitismo ainda não detalhados que impedem o veredito de Podlaskowski e Smith. Defendo que tais aspectos, se devidamente explorados, podem contribuir para a defesa da viabilidade da teoria.

Palavras-chave

justificação. problema do regresso. infinitismo. mentes finitas.

Abstract

A central feature to the Peter Klein's infinitism is epistemic responsibility. In order to respond the problem of regress, the main motivation to infinitism, a subject S has to act in an epistemically responsible way. S has to be able in meeting the principles of justification. Podlaskowski and Smith, however, claim that it is not possible to meet the infinitist principles. They argue that our minds are finites and are not ideally organized to this task. In order to show that the infinitism holds, even facing Podlaskowski and Smith's objection, I present, in section 1, the problem of regress and stress some detail of infinitism that are important to the present discussion. Then, in section 2, I state Podlaskowski and Smith's objection. I think that it is important, in section 3, to introduce Turri's response to this problem – it is a prelude to my own position in the section 4. There are some aspects of infinitism that need a little more detail. I argue that properly explored these aspects can help us to defend infinitism against Podlaskowski and Smith's objection.

Key-words

justification. problem of regress. infinitism. finite minds.

Tentarei, nesta oportunidade, formular uma resposta à objeção contra o infinitismo, apresentada por Podlaskowski e Smith (2011). Tais autores são conscientes de que, para Peter Klein, autor do modelo teórico que eles atacam, a capacidade de uma agente epistêmica em cumprir com as normas designadas para se alcançar justificação representa algo central para a teoria. É desta maneira que a agente manifesta responsabilidade epistêmica, elemento decisivo para Klein em uma resposta bem-sucedida ao problema do regresso, o motivador

maior do Infinitismo. Porém, segundo os autores da mencionada objeção, não é possível ser assim responsável, uma vez que a teoria infinitista institui normas não exequíveis para qualquer agente como nós que as tente seguir. A fim de bem abordar esta discussão, na seção 1 exponho por que o regresso se torna um obstáculo à justificação no Trilema de Agripa. Em seguida, faço uma apresentação das características do Infinitismo centrais ao entendimento do que discutiremos nas objeções. Estas são apresentadas na seção 2. Antes de procurar respondê-las, será interessante abordar, na seção 3, a discussão que se estabeleceu entre John Turri (2013) e Podlaskowski e Smith (2013) em torno das objeções. Alguns traços do debate que se instaura entre os autores ajuda a especificar o que está em disputa nesta ocasião. Na seção 4 procuro avançar alguns aspectos do que seria a perspectiva que Klein possui da justificação. Detalhes pertinentes a esta visão, e que aparentam escapar aos autores da objeção em pauta, esclarecem como o infinitismo, nos moldes discutidos, ainda consegue se sustentar, mesmo diante das dificuldades apresentadas.

1. Infinitismo

Os problemas colocados pelo Pirronismo, em especial aquele descrito por Sexto Empírico (2000) em sua obra, ainda suscitam discussões na Epistemologia contemporânea, levando muitos teóricos a reformular seu entendimento acerca da justificação epistêmica. O mencionado Trilema de Agripa (*PH I 164-169*) tem sido a temática mais discutida neste cenário. Nele, o cético mostra que a motivação por dissolver uma disputa ou eliminar o relativismo de perspectivas sobre um objeto conduz comumente a três caminhos. É possível assumir algo sem apresentar provas ou razões e, assim, dar termo à disputa. Pode-se avançar algo já dito anteriormente, a fim de realçar uma confirmação mútua. Ou prossegue-se na apresentação contínua e sem fim de provas ou razões em defesa de uma perspectiva. Para o pirrônico, a primeira atitude se traduz em arbitrariedade, não sendo, portanto, digna de crédito. O segundo caso manifesta um raciocínio circular que, por não permitir que se veja qual dos membros da confirmação mútua decide a disputa, impossibilita uma conclusão. Resta somente prosseguir apresentando razões em defesa da posição. Mas isso, o Pirrônico acusa, é assumir que a questão ainda está em aberto. Tal situação em aberto seria responsável por provocar a reação psicológica da suspensão do juízo (sobre a “reação psicológica” não ser a conclusão de um argumento, cf. MACHUCA, 2011, p. 51-77).

Há aspectos, que julgo relevantes nesta exposição, que ajudam a compreender o problema e a resposta infinitista. Estes três caminhos apontados representam parte dos cinco modos

de suspensão trazidos por Sexto Empírico (PH I 164-169). Os outros dois reportariam os problemas da disputa e da relatividade. Dizer que uma questão é disputada equivale a caracterizá-la como ausente de consenso. Esta ausência de consenso é, para o cético, suficiente para enxergar a questão em aberto. A relatividade nos traria que, a depender do sujeito que analisa o objeto em disputa, ou do contexto em que este se encontra, obteremos posicionamentos diferentes, reforçando indecidibilidade acerca do problema. A tentativa de fechar ou dar termo a estes cenários em aberto resultaria nos outros três modos de suspensão, criando uma estrutura interconectada entre eles, como observa Hankinson (1995, p. 166).

A importância de se trazer esta perspectiva mais ampla apresenta-se quando observamos como Klein a apreende. Primeiro, é importante que se apresente a estratégia deste autor ao lidar com o Ceticismo como um todo, não somente o Pirrônico. Seu entendimento é o de que devemos nos adequar às demandas céticas, conceder ao máximo ao que elas colocam. Se o conhecimento (ou a justificação) é de fato possível, o caminho delimitado pelo cético, ao fim, manifestará alguma forma de implausibilidade ou inconsistência (KLEIN, 1981, p. 3). Dentro destes contornos, Klein endossa, a princípio, o caminho Pirrônico. Assim, conduzem às dificuldades presentes no Trilema de Agripa a motivação de superar, definitivamente, a relatividade nos pontos de vista de uma questão ou a situação aberta de uma disputa. No entanto, é possível defender que a contínua apresentação de provas ou razões assinalada pelo cético não obrigatoriamente conduz à reação psicológica da suspensão do juízo. Ao contrário, a continuidade no fornecimento de razões entrega que a crença em jogo obtém um tipo específico de justificação, que seu conteúdo proposicional possui evidências disponíveis que a sustentam e que o agente epistêmico é apto a acessá-las e apresentá-las. Ademais, o Pirronismo, ao fim, engendraria uma inconsistência, caso endosse a perspectiva de que nenhuma proposição não evidente consegue ser mais digna de crédito que sua contrária. Dito de outra forma, Klein (2005, p. 160) entende que este enunciado se auto-refuta¹.

Há outro detalhe caro à estratégia que permitiu a formulação da teoria infinitista. Klein defende que é preciso assumir um determinado princípio para que o regresso seja de fato impeditivo à justificação. Trata-se do Princípio da Não-Origem (doravante PNO): “justificação, por si, não é capaz de produzir garantia epistêmica” (KLEIN, 2011a, p. 247). Por justificação entende-se o ato mesmo de dar razões em defesa de uma crença e não exatamente a propriedade. Esta seria, no princípio, representada pelo termo ‘garantia epistêmica’, isto é, aquilo que, junto à crença verdadeira, proporcionaria conhecimento. A questão posta pelo

¹ - Eu entendo que muito das minúcias pertencentes ao debate sobre o Pirronismo não se encontra devidamente exposto neste momento. É difícil, por exemplo, afirmar que o cético desta inclinação indicaria a razoabilidade de algum enunciado. Porém, como o que desenvolvo neste trabalho não depende essencialmente de uma resolução deste debate, remeto o leitor para as indicações dadas de bibliografia do assunto.

autor é por que dever-se-ia assumir este princípio? Por que o ato mesmo de justificar não teria mais relevância que aquilo que está à parte dele? A formulação do infinitismo seria a tentativa mesma de mostrar que este princípio é dispensável, isto é, que o uso da razão ao justificar é capaz de trazer à tona a propriedade que responde às exigências do Trilema de Agripa. Klein (2011b, p. 95) defende, inclusive, que o escopo do argumento do regresso é reduzido quando se reconhece a necessidade de assumir PNO para que tenha força.

Novamente, é preciso alguma cautela aqui. Klein não chega ao ponto de atribuir ao Pirrônico a assunção de um princípio. Ele entende que o passo aqui é mais delicado. O cético limita-se a aplicar determinados princípios no intuito de obter os mesmos resultados que seus defensores afirmam obter. PNO, dessa maneira, é uma orientação seguida com esses intuitos. Porém, a habilidade pirrônica, aquilo que Sexto Empírico entende distinguir o verdadeiro cético (BETT, 2011, p.4), conduz à aplicação dos problemas acima descritos. A estratégia de Klein consiste em não seguir PNO, endossando os resultados obtidos pelo cético ao trabalhar a partir de tal princípio. Consiste, ainda, em ratificar que a arbitrariedade e a circularidade devem ser evitadas. Espera-se, assim, que estes dois passos proporcionem a formulação de uma teoria que escape à suspensão do juízo. Ela começa com dois princípios:

Princípio de Afastamento da Arbitrariedade (doravante, PAA): “para todo x , se uma pessoa, S , tem uma justificação para x , então há alguma razão, r^1 disponível para S para x ; e há alguma razão, r^2 , disponível para S para r^1 ; etc” (KLEIN, 1999, p. 299).

Princípio do Afastamento da Circularidade (doravante, PAC): “para todo x , se uma pessoa, S , tem justificação para x , então para todo y , se y está na ancestralidade evidencial de x para S , então x não está na ancestralidade evidencial de y para S ” (KLEIN, 1999, p. 298).

A estratégia, então, é abrir mão de PNO e seguir as orientações de PAA e PAC, procurando mostrar que, por esse caminho, não resulta a suspensão do juízo. Para tanto, é preciso que se defenda, também, quando e como as condições de justificação propostas por tais princípios são realizadas. Um passo importante para essa defesa se dá quando Klein (2007a, p. 6 e p. 8) separa a justificação do conteúdo proposicional de uma crença da justificação desta enquanto estado mental. No primeiro caso, considera-se justificada a proposição que possui uma base evidencial disponível, ainda que nenhum agente

acredite na existência dessa base ou a tenha acessado. A partir de PAA e PAC, o infinitismo estabelece que a justificação proposicional se manifesta quando se encontra disponível uma cadeia sem fim e não repetida de proposições. Já no caso da justificação doxástica, isto é, justificação da crença enquanto estado mental, Klein se volta à perspectiva da justificação como uma atividade.

Isto aparece quando se afirma que justificação doxástica é algo que se manifesta quando *S age* de maneira epistemologicamente responsável ao apresentar razões para sua crença (KLEIN, 2007a, p. 6). Dito diferentemente, para que se manifeste, a propriedade de justificação que se vincula ao estado mental depende de uma forma correta de agir. A noção de responsabilidade epistêmica associada a essa forma correta de agir não é profundamente explorada por Klein neste âmbito. Limita-se o autor a caracterizá-la enquanto a capacidade que uma agente epistêmica tem de colocar em prática aquilo que prescreve a teoria. Observa-se que as prescrições infinitistas são basicamente postas em PAA e PAC. Dessa maneira, quando a agente epistêmica fornece razões suficientes ao longo de uma cadeia sem fim e não repetida delas, ela responde a duas demandas: atestar os princípios infinitistas como exequíveis e justificar sua crença enquanto estado mental. Este quadro promove a visão de que a propriedade doxástica da justificação e a atitude responsável em termos epistêmicos andam estreitamente vinculadas. É preciso atentar para a expressão ‘fornece razões suficientes’ colocada acima. A suficiência em questão é dada pelo contexto pragmático em que a agente justifica (KLEIN, 2007a, p. 10). As razões oferecidas em favor de uma crença podem ser suficientes em determinado momento. Noutro, é possível que outras sejam exigidas. Isto confere um aspecto de incompletude à justificação doxástica. Há sempre uma perspectiva de avanço na cadeia sem fim e não repetida de proposições. Porém, o fato de que ela não se completa não é impeditivo ao alcance do tipo de conhecimento humano adulto que Klein entrevê como exigido no quadro do Trilema. Afinal, contemplar as exigências de justificação de um contexto por meio de uma oferta de razões é, principalmente, uma postura epistemologicamente responsável. E esta seria, conforme Klein (2007a, p. 5), a questão central por trás do problema do regresso.

O autor não aprofunda os motivos pelos quais defende esta perspectiva dos modos de suspensão. Sua defesa se centra em mostrar como o infinitismo cumpre com este requisito da responsabilidade epistêmica, ao mesmo tempo que expõe as falhas de outras teorias ao fazê-lo. Não tratarei desses detalhes aqui. Limito-me a mostrar o quão caro é tal requisito para este autor infinitista, o que é suficiente para entender porque a objeção que discuto mais à frente se volta para este aspecto. É importante, antes, conhecer a versão anterior desta objeção, já respondida por Klein.

Ela ficou conhecida como a objeção das mentes finitas. Nela, questiona-se o requisito para a justificação proposicional no Infnitismo, isto é, uma cadeia sem fim e não repetida de razões. Sabe-se que a cadeia deve estar, de alguma maneira, disponível para S, a fim de que ela acesse a base de evidências e forneça razões para seu estado mental. É flagrante, porém, que um desdobrar sem fim de inferências sem repetição entre proposições seria algo que foge à capacidade cognitiva do ser humano. O infinitismo, assim, faria exigências implausíveis com suas normas.

A resposta padrão de Klein a esse problema consiste em explorar a noção de disponibilidade. Ele reforça que S deve se mostrar apto a acessar a base de evidências que justifica a proposição na qual ela crê. Esse acesso não depende, porém, de que S possua, de alguma forma, a cadeia sem fim e não repetida de razões em sua mente. É possível, primeiro, que as crenças a que ela já tenha subscrito possibilitem inferências que a autorizem a continuar justificando o que acredita, sempre que mais razões forem exigidas. Mas o infinitismo não se restringe a isso. S pode ir a busca de novas evidências, por meio de práticas epistêmicas que a credenciem a acreditar, justificadamente, em p . Klein remete seu tratamento da questão a uma analogia com o saque de valores de uma conta bancária. Proposições disponíveis seriam como dinheiro em uma conta a que S tem acesso. Mesmo que ela não esteja ciente do valor que nela se encontra, a posse dos meios legais para sacá-lo torna-o disponível (KLEIN, 2007a, p. 13). Nesse quadro, S é tomada como alguém que *tem* justificação, isto é, ela é apta a apresentar razões que sustentam a racionalidade de sua crença, mesmo que não as apresente quando não exigida. Já a justificação da crença é algo ligado ao ato mesmo de citar uma razão, ao passo que, em citando aquelas que de fato justificam o que acredita, ela entrega a existência de uma base de evidências para o conteúdo proposicional, ou seja, a justificação da proposição.

Dessa maneira, Klein limita-se a indicar que a cadeia não precisa da apreensão de S: basta estar disponível para o seu devido acesso. Há minúcias que merecem ser exploradas no que concerne à perspectiva que Klein possui de acesso e disponibilidade de razões ou evidências (cf. KLEIN, 2002, p. 555). A minha proposta é explorar tais minúcias em consonância com o desenrolar das críticas que vêm logo abaixo, uma vez que tais objeções atacam justamente essa faceta da teoria. Por hora, advirto que a resposta ao problema das mentes finitas que acabamos de ver representa a posição final do autor acerca desse assunto. Podlaskowski e Smith, partindo desse mesmo estágio, trarão em novos termos a descrição de como e por que S não pode arcar com os princípios postos pelo Infnitismo. Mais especificamente, dirão que não se pode responsabilizar ‘agentes como nós’ pelo cumprimento de normas como as postas pela teoria infnitista. Isso equivale a afirmar que elas não constituem um meio legítimo de avaliar um agente epistêmico como possuidor ou não de crenças justificadas.

2. Objeção das Mentes Finitas e Não Idealmente Organizadas

Para que fique mais claro, há três pontos cruciais que estruturam a crítica em questão: a relação de base, o entendimento de como a cadeia proposta pelo infinitismo se estabelece e a relação ‘dever implica poder’. A partir dessa tríade, são analisadas a noção de justificação proposicional no infinitismo e a disponibilidade da cadeia implicada pela propriedade. Em termos gerais, Podlaskowski e Smith (P&S, doravante) defendem que a sequência infinita e não repetida de proposições não se encontra disponível para a agente epistêmica. Com isso, a partir de uma versão fraca de ‘dever implica poder’, concluem que não é possível cumprir as normas do infinitismo, o que tornaria a responsabilidade epistêmica algo impraticável.

Klein não estabelece em definitivo um tipo de relação de base no infinitismo. Entretanto, os dois autores em questão tentam discernir este que é um aspecto importante para a crítica que pretendem construir. Procura-se conceber com essa relação um entendimento de quando uma crença está baseada em uma razão. P&S (2011, p. 518) recorrem a Korcz (2000) para trazer uma descrição das condições para tal. Seriam duas: ora se a crença foi causada pela razão; ora se S carrega uma metacrença cujo conteúdo expressa que r é uma boa razão para a crença de que p . Os autores, ao expressarem estes dois caminhos para discernir a relação de base no infinitismo, percebem que é possível incorrer em uma atribuição indevida à teoria. Entretanto, defendem que Klein abre precedente tanto para a interpretação causal, como para a da metacrença. Ademais, se esses não forem os caminhos, caberá ao infinitista delimitar qual relação de base a teoria deve abrigar. Esse é um ponto delicado, sobre o qual me debruço a fim de discutir as objeções na seção derradeira.

Outro componente importante na objeção é a forma como P&S (2011, p. 520) vislumbram a cadeia sem fim e não repetida de proposições. Ambos percebem esta estrutura como algo estabelecido, cabendo a S devidamente acessá-la, a fim de que desvele as razões que de fato legitimam seu estado mental. Essa visão vem à tona devido ao fato de que, todas as vezes em que abordam a justificação proposicional, os autores atribuem à teoria a afirmação incondicional de que “há uma cadeia” nos moldes citados. Esse é um ponto delicado da teoria ao qual abordarei na última seção. Ademais, dizer que uma proposição se encontra disponível nessa cadeia implica a existência de meios pelos quais chegamos a ela. Pode ser tanto um meio direto, de primeira ordem, para acreditar em algo; quanto indireto, de segunda ordem, no qual se dispõem de passos que conduzem à formação da crença na proposição.

Por fim, tomando a justificação como algo de cunho normativo, em consonância com o que defende Klein com sua noção de responsabilidade epistêmica, é estabelecido pelos

autores uma formulação fraca de ‘dever implica poder’: “se alguém deve formar crenças de uma maneira particular, então deve ser em princípio possível para este alguém formar crenças desta maneira” (P&S, 2011, p. 522). Com esse três tópicos como pontos de partida, eles começam a delimitar a objeção.

Não cai sob o crivo dos autores, nessa oportunidade, problemas sobre a posse de um infinito número de crenças por parte de S. O problema para P&S (2011, p.521) consiste em algo mais circunscrito. Suponha que S deseje justificar sua crença de que p . Para tanto, ela deve citar a razão ri . Se, de acordo com o entendimento que os autores têm da teoria, existe uma, e somente uma cadeia responsável pela justificação de p , S deve posicionar ri precisamente na ordem em que esta proposição se encontra na cadeia. Do contrário, caso S não respeite a ordem, ela realiza uma inserção arbitrária que despreza a sequência que de fato justificaria p . Neste quadro, os autores indagam se é facultado a S discernir essa ordem. Para eles, nada impede que S forme a crença de que ri , que justificaria p . O problema reside na passagem da formação da crença para a sua citação enquanto razão para p . Neste movimento, S deve ter uma disposição de segunda ordem para entrever onde se encaixa exatamente a razão. Porém, e aqui está o cerne da objeção, S não conseguiria fazer isso sem contemplar o que vem antes e depois de ri . Em outras palavras, ela tem o dever de considerar um número infinito de membros numa sequência para não contrariar a ordem que de fato justifica p . Mas S não teria como fazer isso, em virtude de limitações óbvias, comuns a agentes como nós.

Exemplificando: para que S apresente r^{12} como razão para r^{11} , ele precisa entrever o papel que r^{12} tem para r^{13} , a fim de que não realize alguma inserção inadequada à cadeia. Partindo para um encadeamento sem fim, temos uma formulação mais delimitada do problema das mentes finitas e não idealmente organizadas. Ainda que S possuísse um conjunto sem fim de crenças, ele não seria apto a ordenar uma sequência de tal extensão com acuidade. Basta imaginar que a posição da razão de número 14 dependerá da 15, ligada à 16, devendo S ter isso em mente, se deseja acessar a proposição 13 em seu devido lugar na cadeia. Expandindo-se o quadro, caso S perdesse de vista o papel que a razão 100 tem para toda a sequência, ela colocaria em risco seu trabalho de ordenação anterior, entre razões 13 e 16 (P&S, 2011, p. 520-521). Mais uma vez, exigir uma tal disponibilidade de segunda ordem fugiria ao contexto de agentes como nós, que possuem mentes finitas e não idealmente organizadas. Constitui forte idealização imaginar que possamos estabelecer tal ordem a uma cadeia tão complexa. É altamente provável a ocorrência de erros ou o abandono de uma tal tarefa.

Apresenta-se, assim, um cenário onde PAA e PAC seriam princípios pelos quais S não poderia responder. Nisto, o infinitismo perde seu principal diferencial perante as

demais teorias, a saber, o de ser o único corpo de regras que permite a manifestação da responsabilidade epistêmica. Ainda, a defesa de tais princípios como único caminho para a justificação resulta em uma posição cética. Negá-los deve ser a postura de quem deseja sustentar a possibilidade de conhecer um conteúdo proposicional ou justificá-lo (P&S, 2011, p. 522-523).

P&S, porém, não desprezam a maneira como Klein respondeu à anterior objeção das mentes finitas, tal como descrevi acima. O escopo finito da justificação doxástica dispensaria o acesso a uma cadeia infinita de proposições em sua ordem devida. Para verificar se esse recurso ainda se sustenta, os autores evocam os dois entendimentos expostos da relação de base. No primeiro, a razão para crer que p também é causa de que p . Nesses contornos, autorizar que S se limite a um trecho da cadeia para organizar sua justificação é deixar de fora parte importante daquilo que embasa sua crença. P&S (2011, p. 523) ressaltam que, de alguma forma, essas razões omitidas respondem pelo que torna as crenças de S justificadas, devendo ela levar o restante da cadeia em conta. Isso, porém, conduz novamente aos problemas acima descritos. No segundo caso da relação de base, demanda-se de S um posicionamento de segunda ordem sobre suas razões, discernindo-as como boas razões para sua crença de que p . Aos autores, parece despropositada a demanda de uma postura intelectualizada como essa. Haveria diversos casos onde tal consideração não se dá, e parece ser intuitivo para nós conceder que há justificação para S mesmo assim.

Portanto, escapar às objeções pela via da justificação doxástica deixa de ser uma escolha para o infinitista. Ratificam-se, dessa forma, as conclusões obtidas na objeção das mentes finitas e não idealmente organizadas.

3. O Debate com Turri

Trazer a discussão entre Turri e os dois autores da objeção tem um motivo especial. Turri, ao se contrapor à posição que acabamos de ver, traz um interessante tratamento da noção de disponibilidade. Essa maneira pela qual ele a discerniu é, segundo o próprio (TURRI, 2013, p. 793), algo presente no próprio infinitismo defendido por Klein, ainda que parem pontos controversos na visão do autor. Colocando-os de lado, porém, é patente para Turri que a teoria consegue se sustentar perante o ataque de P&S.

John Turri se volta principalmente ao entendimento que Podlaskowski e Smith sustentam de disposição ou disponibilidade. Esses autores interpretariam equivocadamente esses elementos no corpo do Infinitismo de Klein, comprometendo a força de suas críticas.

Em primeiro lugar, o fato de eu não ter um escopo de vida largo o suficiente para dar conta de pontos distantes na cadeia de inferências não elimina em mim a posse de disposições para citar as razões nesses pontos. Basta apenas que as condições ou circunstâncias C se tornem manifestas para que eu, também, realize as disposições que possuo. Turri (2013, p. 793) cita o exemplo da nossa disposição em celebrar uma cura para a Aids. Ainda que sua descoberta se dê quando eu estiver morto, não se pode usar esse fato para negar a posse de minha disposição para celebrar o acontecimento. O mesmo pode ser dito acerca da alta probabilidade de erro. Por meio dela não é possível acusar a falta de uma disposição para citar as razões que justificam uma crença, sempre que as circunstâncias vierem à tona. É possível que S possua duas disposições incompatíveis, A e B. Sempre que ela manifesta A, B torna-se não disponível. Mas disso não se conclui que ela perdeu a disposição para manifestar B. Dessa maneira, uma agente como nós ainda estaria apta a manifestar responsabilidade epistêmica, nos contornos exigidos pelo infinitismo (TURRI, 2013, p. 794).

Para Turri (2013, p. 794) também é interessante comentar o princípio que Podlaskowski e Smith adiantam em sua argumentação, isto é, de dever implicar poder. Ele defende que a expressão ‘em princípio’, usada pelos autores, abre um leque de possibilidades maior que o desejado. Em princípio, é possível que tenhamos avanços a ponto de viver indefinidamente e, assim, prosseguir citando razões. Esta colocação seria autorizada pelos autores, uma vez que eles se amparam em uma formulação fraca de dever implica poder.

A réplica de Podlaskowski e Smith a Turri pode ser dividida em duas partes. A primeira é formulada de modo a lidar com o aquilo que Turri coloca como disposição. Eles concedem a possibilidade de que, em algumas circunstâncias, S não manifestará alguma disposição, e que isso não nos permite concluir que ele não a possua, isto é, que seja capaz de manifestá-la posteriormente. A importância de se colocar isso é diretamente ligada à hipótese de que, mesmo não tendo vida suficiente para citar todas as razões da cadeia, o que atestaria minha disposição para tal, eu ainda possuo disposição para citá-las, fossem manifestas as circunstâncias para isso. Porém, por meio de um exemplo, os autores contestam parte dessa perspectiva. Suponhamos que S possua disposição para atravessar um km, de B até C, algo concedido à maioria das pessoas, mesmo que elas não queiram fazê-lo. Mas suponha, além disso, que para passar de B a C, a pessoa tenha que percorrer uma distância de bilhões de quilômetros entre A e B. Para Podlaskowski e Smith, neste caso, não podemos contar S como possuidor de uma disposição para atravessar de B até C devido à longa e intransponível distância que precisaria contornar de A até B (P&S, 2013, p. 126-127). Da mesma maneira, S não teria como realizar sua disposição de citar pontos distantes da cadeia em sua devida ordem. Assim, os autores entendem ser mais plausível negar que S possua tal disposição, uma vez que as condições para realizá-la escapam completamente ao alcance da agente.

O segundo ponto enfatizado pelos autores diz respeito à idealização avançada por Turri com base no ‘em princípio’ presente na defesa de que ‘dever implica poder’. De fato, eles assumem que, ao tratarmos de uma temática como a justificação, idealizar torna-se algo inevitável. Mas os autores defendem que há limites. A ênfase é sobre agentes como nós. No momento em que instituímos normas, trabalhamos com as limitações que são comuns a nós enquanto agentes epistêmicos. Uma extrapolação tal como a sugerida por Turri, ou que mostrasse em que condições S faria o caminho de A até B no exemplo anterior, torna desinteressante ou supérflua a discussão (P&S, 2013, p. 128).

Note que a condição de disponibilidade ganhou especificidades antes não surgidas no debate. É a partir delas que pretendo, na próxima seção, delimitar uma maneira pela qual o infinitismo, não obrigatoriamente, sucumbe aos problemas apontados por P&S.

4. Uma Tentativa de Acomodar a Nova Objeção das Mentes Finitas

Se bem entendi, de acordo com a objeção de P&S das mentes finitas e insuficientemente ordenadas, para que uma agente epistêmica cite a razão que de fato justifica a sua crença em concordância com as normas do infinitismo de Klein, ela deve citá-la em sua posição correta na sequência sem fim e não repetida de razões. Para tanto, ela deve entrever como se situam as razões ao redor do ponto onde ela iniciou, de forma a não alterar a sequência que de fato justificaria o que acredita. Acontece que a agente epistêmica se encontra no âmbito de uma teoria que discerne essa sequência como infinita e não repetida. Para saber o local de qualquer r na sequência, ela precisa apreender um vasto grupo de razões em seu redor. E para esse grupo ser encaixado na devida posição da sequência, outro grande grupo deve ser apreendido. Tendo em vista as limitações de agentes como nós, a apreensão dessa sequência é comprometida em determinado ponto. Em virtude dessa incapacidade de entrever a ordem das proposições, a agente epistêmica compromete, também, a posição da razão inicial com que ela trabalhava. Com isso, essa proposição inicial não estaria disponível enquanto razão que justifica a crença de que p para a agente epistêmica, de acordo com o que vislumbraria o infinitismo de Klein. Dito de outra forma, tal como entrevista por P&S, a base evidencial propalada pelo infinitismo é algo inacessível para agentes como nós.

Entendo ser possível depreender da objeção de P&S que a sequência sem fim e não repetida de razões é algo estabelecido, inalterável, a ser acessado por quem pretende justificar o conteúdo de seu estado mental. Isto é, para cada proposição existiria uma, e apenas uma sequência cuja ordem, se alterada, descaracteriza o que constitui a base

evidencial justificadora do conteúdo em questão. Ainda que a proposição esteja disponível, ela não se encontraria disponível enquanto razão para S justificar o conteúdo do que crê. No infinitismo em discussão, isso soa estranho face à posição de Klein em sua proximidade ao Pirronismo. Sua perspectiva de que a justificação doxástica nunca está completa é algo estreitamente vinculado à sua visão de que ‘nada está completamente estabelecido’ (Klein, 2007a, p. 10). É interessante lembrar ainda que, na seção 1, mencionei o fato de que sua concessão ao pirrônico o leva a afirmar que a razão, por si, não é capaz de por termo a disputas. Assim, alguns detalhes da teoria carecem de ser explorados a fim de descobriremos se as objeções de P&S se sustentam.

Em um sentido de ‘disponível’, é possível dizer que Klein subscreveria a posição de que há proposições na cadeia que não estão disponíveis para a agente epistêmica no infinitismo. Para entender como isso se daria, é preciso vislumbrar alguns pormenores da perspectiva que Klein possui sobre fontes de justificação. Segundo ele, tais fontes podem ser divididas em três tipos: razões internamente situadas; evidências externamente situadas; e crenças que podem ter uma base mista, isto é, amparadas em razões internas e evidências externas. No primeiro caso há o conteúdo das crenças e das crenças justificadas que já são efetivamente possuídas por S. No segundo, as fontes de justificação que estão para além das razões internamente situadas configurando-se como o que S pode adquirir por meio da investigação, por exemplo. As crenças de base mista ocorrem quando fazemos uso das duas fontes para chegar a alguma crença justificada (KLEIN, 2002, p. 554-555). Temos, então, três potenciais fontes de razões para o que acreditamos. Elas constituem, em outros termos, aquilo que torna possível construir a base evidencial para justificar o conteúdo do que cremos, ou seja, a justificação proposicional. É plausível afirmar que S, ao se voltar a cada fonte dessas para obter uma razão para o que crê, encontrará diferentes situações de disponibilidade. As razões internamente situadas poderiam ser tomadas como de imediato acesso na maior parte dos casos. Já as evidências externamente situadas podem ter o seu acesso dificultado por motivos pragmáticos. Por conseguinte, aquelas crenças de base mista seriam igualmente afetadas. Torna-se razoável, então, a perspectiva de que as razões que constituem a justificação proposicional de uma crença no âmbito do infinitismo possuiriam diferentes níveis de disponibilidade enquanto circunstâncias de acesso, em acorância com suas respectivas fontes.

Dizendo isso de uma forma mais específica, o surgimento de novas fontes de justificação pode tornar disponíveis proposições que, em um momento anterior, não se mostravam dessa forma. Melhor explicando, em um momento t_1 , S teria disponibilidade a um grupo de proposições seja de forma imediata, por serem razões internamente situadas, seja de forma mediata, ao realizar algumas inferências ou acessar evidências externamente situadas.

Similarmente, é plausível imaginar um momento t_n suficientemente afastado do atual, em que existiriam fontes de justificação que não se fazem presentes no momento e que, por sua vez, se acessadas, promoveriam novas proposições para compor a cadeia. Neste segundo caso, faria sentido dizer que as proposições em t_n estariam indisponíveis para S, uma vez que ela se encontra, ainda, em um momento anteriormente afastado daquele em que se manifestariam as circunstâncias de t_n ? Penso que, se for possível afirmar algo acerca dessas proposições, poder-se-ia dizer que elas se encontram temporariamente indisponíveis para S. Pois, em t_1 , S se encontra incapacitada de antecipar as circunstâncias C que fariam com que tais conteúdos se mostrassem disponíveis para ela. Porém, caso ela realize os passos necessários até t_n , quando as circunstâncias C se presentificam assim como as fontes de justificação características desse contexto, é plausível imaginar que as fontes sejam devidamente acessadas e os conteúdos proposicionais se mostrem disponíveis.

Eu entendo que Klein ratificaria essa visão como algo próprio de seu infinitismo. Em determinada ocasião, a título de exemplo, ele considera se a posse de um vocabulário finito tornaria indisponível uma quantidade infinda de razões (KLEIN, 1999, p. 308-309). Não seria o caso. A insuficiência de um vocabulário caberia como resposta o desenvolvimento de novos termos ou conceitos, capacitando-nos na continuidade de produzir mais razões. Da mesma forma, a continuidade da justificação em circunstâncias diferentes dependeria do esforço empreendido pela agente epistêmica para explorar as fontes de justificação que ora se apresentarem. Proposições que ocupam pontos distantes do atual na cadeia estão ligadas a dificuldades e circunstâncias peculiares a elas. Quem justifica enfrentará tais percalços ou encontrará tais dificuldades, caso perfaça o caminho até os pontos em questão.

Esse quadro ressalta a justificação da maneira como Klein costuma tomá-la, isto é, como uma atividade, algo que fazemos. Revela, ainda, uma inversão da perspectiva que P&S expuseram da teoria infinitista. A princípio, Klein (2007a, p. 8) assevera que a justificação doxástica depende da proposicional, isto é, para que S consiga justificar seu estado mental, ela deve recorrer a proposições que justifiquem o conteúdo do que acredita. É possível que S possua uma crença verdadeira e de conteúdo proposicional justificado mesmo sem ter ciência da base evidencial disponível. Mas, para ela atingir o que propõe o infinitismo, ela deve buscar a propriedade decisiva para a teoria, isto é, a doxástica. Apenas esta corresponde ao que Klein procura, ou seja, prover uma resposta à altura da demanda Pirrônica nos cinco modos de Agripa. Neste ponto, lembro do que discuti na seção 1. Buscar essa propriedade e atingi-la de forma bem-sucedida significa agir com responsabilidade epistêmica. Ainda que figure de maneira vaga no momento, essa noção implica no cumprimento dos princípios da teoria. Para que se vislumbre o problema da objeção de P&S, eu retomo os princípios:

Princípio de Afastamento da Arbitrariedade (doravante, PAA): “para todo x , se uma pessoa, S , tem uma justificação para x , então há alguma razão, r^1 disponível para S para x ; e há alguma razão, r^2 , disponível para S para r^1 ; etc” (KLEIN, 1999, p. 299).

Princípio do Afastamento da Circularidade (doravante, PAC): “para todo x , se uma pessoa, S , tem justificação para x , então para todo y , se y está na ancestralidade evidencial de x para S , então x não está na ancestralidade evidencial de y para S ” (KLEIN, 1999, p. 298).

Deve-se observar que em nenhum deles figura a demanda pela *cadeia* disponível. Apenas se exige a razão disponível. Há, todavia, uma vaga indicação de ordenamento das razões. Nisso, P&S inserem a demanda pela apreensão da ordem correta, para que S tenha uma proposição disponível enquanto razão. A apreensão de uma sequência da complexidade representada pela justificação proposicional não seria possível e, dessa maneira, a proposição não poderia ser disponível enquanto razão. Acontece que, de acordo com o que discuti acima, depreende-se do infinitismo de Klein a perspectiva de que a apreensão exigida por P&S, de fato, não é possível, sendo sua exigência incompatível com a concepção de justificação por trás da teoria. No presente caso, Turri se aproximaria mais do que Klein entende por justificação do que os autores em pauta. Mesmo assim, o infinitismo não se coaduna totalmente com a visão de Turri no exemplo sobre a disposição para celebrar a cura da AIDS. No contexto da teoria, não é possível emitir quaisquer julgamentos sobre disposições quando não se presentificam as circunstâncias para que se manifestem. Tudo depende do caminho traçado por S ao buscar razões para o que acredita. Isso irá capacitá-la a tornar disponíveis cada vez mais razões. Não se postula uma cadeia pré-estabelecida, pronta a ser disposta por S . Nesse cenário, a razão perderia seu papel de geradora da principal propriedade da justificação para assumir o posto de mera transmissora ou expositora de algo a ser acessado.

Esse ponto de vista se coaduna com o espírito Pirrônico da teoria. O máximo a que S está autorizado a dizer é que, até o momento, as razões disponíveis dão indícios de que há uma cadeia disponível. Dito de maneira mais precisa, no infinitismo S supõe a cadeia como infinita e não repetida, e não afirma que ela, assim, existe. A agente epistêmica, nesse âmbito, está limitada a confirmar essa suposição toda vez que obtiver uma razão disponível, sem afirmar,

de maneira incondicional, que há uma sequência sem fim e não repetida de razões. Agindo dessa forma, S demonstra cumprir com o que PAA e PAC demandam e, assim, contrário ao que P&S defendem, consegue agir de forma responsável em termos epistêmicos.

Assim, a questão de uma ordem complexa e infinita a ser apreendida é afastada. S é limitada à tarefa de organizar trechos finitos da cadeia, algo que é plausível de se imaginar ao alcance de agentes como nós. Entretanto, os autores podem questionar, e com razão, de que forma é possível assegurar que a cadeia de inferências que S realiza no momento corresponde àquela que justificaria a proposição em que acredita. Há duas questões por trás deste ponto que foram muito debatidas até agora, ainda que se encontrem sem respostas no atual estado da discussão. Trata-se de delimitar quando uma proposição está disponível e quando ela constitui uma razão para o que acredito. No primeiro caso, Klein (2007a, p. 13) responderia que p está disponível para S somente quando ela tem uma forma legítima de chegar à crença de que p , a partir das correntes práticas epistêmicas de S. Mas não há mais especificações do que vem a ser uma ‘forma legítima’ de fazer isso, ou que práticas epistêmicas seriam referendadas na teoria. Entendo que delimitar esses tópicos é algo muito próximo de esclarecer quando uma proposição é razão para outra, isto é, o esforço por discernir tais práticas, ou o que vem a ser a legitimidade citada, entregaria uma maneira apropriada de afirmar que r_i está disponível como razão. E aqui, da mesma forma, o máximo que obtemos do autor são sugestões de resposta a uma questão que o infinitismo ainda precisa resolver. Pode ser que r_i seja uma razão, se for provável e tornar p provável. Ou porque r_i foi aceita, ao longo do tempo, como uma razão para p por uma apropriada comunidade epistêmica (KLEIN, 2007a, p. 12). Definir tais pontos tem se tornado algo de suma importância para qualquer um que defenda os passos dados por Klein. Uma definição aqui afastaria o entendimento de P&S de disponibilidade, junto com sua objeção imbutida, e dissolveria outros problemas que ainda se fazem presentes na discussão (cf. TURRI, 2014, p. 14).

Por fim, entendo ser importante comentar como os autores voltam à carga em suas objeções, porém no enquadramento finito próprio da justificação doxástica. Esse novo ataque vislumbra justamente o movimento que fiz acima, isto é, de recorrer ao ato mesmo de justificar como responsável pela manifestação da propriedade doxástica. Para P&S (2011, p. 523), caso eles consigam mostrar que há problemas sérios nesse contexto limitado, o infinitista forçosamente teria de recorrer ao que eles ofereceram como noção de disponibilidade. E isso, como mostrei, é endossar a inxequibibilidade dos princípios da teoria. Os autores partem de dois pontos. Primeiro, restringem as opções de relação de base possivelmente assumidas por Klein às duas citadas acima, isto é, ora as razões para crer em algo carregam alguma espécie de relação causal com este algo; ora uma metacrença indica que tais e tais razões são boas para crer em algo. O segundo passo é supor um agente

epistêmico D que tem mais razões disponíveis para sua crença de que p do que aquelas que já citou. Por variados motivos (preguiça, distração), não se dá ao trabalho de buscar as demais razões e citá-las em defesa de seu estado mental. Em verdade, ele sequer percebe a existência de tais razões a mais que robusteceriam a justificação de sua crença. Para os autores, nos dois casos de relação de base, Klein asseveraria que D não tem crença justificada, ou que as demais razões disponíveis em nada contribuem para esta justificação, já que não citadas. Esta conclusão é auferida em decorrência do fato de que o autor infinitista em questão afirma que uma crença está doxasticamente justificada caso haja razões disponíveis para D, e D as cite (KLEIN, 2007b, p. 26).

P&S (2011, p. 525) defendem que essa conclusão não se sustenta. Se a relação de base for pautada em alguma espécie de vínculo causal, as razões não citadas contribuem para a sustentação da crença de que p . O critério infinitista em questão, excessivamente restrito, perderia de vista a contribuição das razões não citadas neste primeiro caso. Se a relação de base assumida por Klein for a de uma metacrença cujo conteúdo indica que as razões são boas para acreditar que p , mais uma vez o infinitismo é desenhado em bases muito exigentes. Os autores defendem que não é o caso que, para uma crença ser justificada, D precise avaliar que suas razões são boas. O infinitismo, por esse prisma, excluiria um importante grupo de agentes epistêmicos não sofisticados, algo que inclina uma avaliação negativa da teoria.

Penso que os dois casos podem ser respondidos de uma única forma. P&S são cientes de que Klein endossa, declaradamente, com o seu infinitismo, a busca por uma espécie de conhecimento humano adulto, aquele para o qual a agente epistêmica deve ter razões para acreditar. Porém, isso não quer dizer que ele negue a D, no exemplo acima, algum tipo de justificação ou conhecimento. Ele concede que haja um tipo de conhecimento básico, para o qual a metacrença de que há boas razões seja dispensável e para o qual uma relação de base causal permita um papel para proposições não citadas. O problema é que esse tipo de conhecimento não responde aos anseios do Pirrônico, e com esse propósito o infinitismo foi formulado (KLEIN, 2007a, p. 4). Nisso se insere a responsabilidade epistêmica, como uma peculiaridade típica de quem pretende enfrentar os cinco modos de Agripa.

Assim, Klein concede que D tenha justificação para as suas crenças, ainda que não tenha citado razões que, com algum esforço, ele tornaria disponíveis e citaria. D apenas não alcança o nível de justificação capaz de responder às demandas Pirrônicas presentes no Trilema.

Referências:

EMPIRICUS, Sextus. *Outlines of Scepticism*. Trans. ANNAS, Julia & BARNES, Jonathan. Cambridge: Cambridge University Press, 2000

HANKINSON, R.J. *The Sceptics*. Routledge: New York, 1995.

KLEIN, Peter. *Certainty: a refutation of scpeticism*. University of Minnesota Press: Minneapolis, 1981.

_____. *Human Knowledge and The Infinite Regress of Reasons*. Philosophical Perspectives. Oxford: Ed. J. Tomberlin, v. 13, Epistemology, 1999, p. 297-325

_____. *Infinitism's Take On Justification, Knowledge, Certainty and Skepticism*. Veritas. Porto Alegre. Vol. 50. n. 4. Dezembro 2005, p. 153-172

_____. *Human Knowledge and the Infinite Progress of Reasons*. Philosophical Studies. New York. Vol. 134, 2007a. p. 1-17

_____. *How to be an infinitist about doxastic justification*. Philosophical Studies. New York. Vol. 134, 2007b, p. 25-29

PODLASKOWSKI C. Adam; SMITH, Joshua A. *Infinitism and Epistemic Normativity*. Synthese. 178. Boston: Springer, 2011, p. 515-527

_____. *Infinitism and Agents Like Us: reply to Turri*. Logos & Episteme, IV, 1. 2013, p. 125-128

TURRI, John. *Infinitism, Finitude and Normativity*. Philosophical Studies. 163. Boston: Springer, 2013, p. 791-795